



Informações Trimestrais – ITR's

Alupar Investimento S.A.

Em 30 de setembro de 2011

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações

Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Alupar Investimento S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	30/09/2011	31/12/2010 (ajustado)	30/09/2011	31/12/2010 (ajustado)	
Ativo					
Circulante					
	268.392	488.126	1.491.872	1.522.436	
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.355	143.921	177.915	258.363
Caixa restrito	5	167.473	247.671	188.882	298.637
Contas a receber de clientes		-	-	123.721	88.738
Partes relacionadas	19	14.531	82.724	-	-
Impostos a compensar	6	12.709	10.891	53.678	28.663
Adiantamento a fornecedores		989	1.751	45.098	20.520
Estoques		-	-	19.245	17.721
Despesas pagas antecipadamente		54	57	962	1.960
Cauções e depósitos judiciais	14	-	-	302	417
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	864.196	793.249
Outros Ativos		1.281	1.111	17.873	14.168
		1.801.894	1.424.385	4.732.048	4.222.115
Não circulante					
Partes relacionadas	19	338.475	284.222	-	-
Impostos a compensar	6	-	-	35.791	13.043
Tributos e contribuições sociais diferido	6	-	-	26	20
Cauções e depósitos judiciais	14	1.565	1.462	6.652	8.184
Títulos e Valores mobiliários		-	-	53.460	26.396
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	2.960.659	2.806.813
Outros Ativos		-	-	6.345	4.076
Investimentos	8	1.376.520	1.073.477	5.756	5.686
Imobilizado	9	1.663	1.368	731.522	449.002
Intangível	10	83.671	63.856	931.837	908.895
		2.070.286	1.912.511	6.223.920	5.744.551
Ativo total		2.070.286	1.912.511	6.223.920	5.744.551

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010 (ajustado)	30/09/2011	31/12/2010 (ajustado)
Passivo				
Circulante				
	118.074	210.332	851.459	700.003
Empréstimos e financiamentos	13 113.690	156.566	542.884	383.257
Fornecedores	2.718	3.439	40.427	51.778
Salários, férias e encargos sociais	1.413	1.127	2.634	6.857
Tributos e contribuições sociais a recolher	11 51	1.286	76.565	66.970
Provisões pré-operacionais	12 -	-	72.230	-
Dividendos a pagar	-	47.771	21.812	127.530
Provisão para gastos ambientais	-	-	25.059	25.339
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	22.616	23.495
Provisões para litígios	14 -	-	2.175	1.452
Outras Obrigações	202	143	45.057	13.325
Não circulante				
	355.976	343.839	2.463.430	2.353.215
Empréstimos e financiamentos	13 354.411	342.377	2.193.987	2.128.197
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	12.861	24.399
Tributos e contribuições sociais diferido	11 -	-	208.848	187.153
Provisões para litígios	14 1.565	1.462	3.766	2.917
Adiantamento de clientes	-	-	14.762	3.752
Outras Obrigações	-	-	29.206	6.797
Patrimônio líquido				
	1.596.236	1.358.340	1.596.236	1.358.340
Capital social	15 804.001	804.001	804.001	804.001
Reserva de capital	15 86.821	-	86.821	-
Reservas de lucros	554.339	554.339	554.339	554.339
Reservas do período	151.075	-	151.075	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.312.795	1.332.993
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores	1.596.236	1.358.340	2.909.031	2.691.333
Passivo total	2.070.286	1.912.511	6.223.920	5.744.551

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres e Período de Nove Meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010
Receita bruta								
Sistemas de transmissão de energia	-	-	-	-	289.783	842.390	265.300	816.500
Sistemas de geração de energia	-	-	-	-	53.868	120.902	20.517	43.483
	-	-	-	-	343.651	963.292	285.817	859.983
Deduções								
	-	-	-	-	(21.410)	(56.334)	(17.665)	(44.986)
Receita operacional líquida	17	-	-	-	322.241	906.958	268.152	814.997
Custos operacionais								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(16.761)	(45.728)	(14.360)	(41.772)
Energia comprada para revenda	-	-	-	-	(6.683)	(39.335)	(15.443)	(39.987)
Custo de infraestrutura	-	-	-	-	(69.130)	(185.939)	(61.897)	(212.995)
Depreciação / Amortização	-	-	-	-	(12.268)	(19.332)	(4)	(15)
	-	-	-	-	(104.842)	(290.334)	(91.704)	(294.769)
Lucro bruto								
	-	-	-	-	217.399	616.624	176.448	520.228
(Despesas) receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(2.662)	(6.492)	(4.029)	(8.813)	(11.100)	(29.035)	(7.768)	(19.698)
Pessoal	(2.419)	(7.306)	(1.725)	(4.980)	(5.579)	(20.743)	(3.892)	(11.300)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(1.544)	(4.738)	(1.089)	(3.800)	(4.042)	(9.204)	(2.001)	(7.261)
Equivalência patrimonial	69.411	190.587	51.158	147.794	-	-	-	-
Outras receitas	19	122	12.009	12.071	37	159	12.050	12.113
Outras despesas	(3)	(24)	1.134	(45)	(2.305)	(9.378)	(4.005)	(7.925)
	62.802	172.149	57.458	142.227	(22.989)	(68.201)	(5.616)	(34.071)
Lucro antes do resultado financeiro								
	62.802	172.149	57.458	142.227	194.410	548.423	170.832	486.157
Despesas financeiras	18							
	(16.700)	(49.374)	(12.398)	(30.750)	(63.241)	(182.076)	(41.844)	(127.186)
Receitas financeiras	18							
	7.981	28.300	9.470	30.227	8.594	45.454	14.232	42.657
	(8.719)	(21.074)	(2.928)	(523)	(54.647)	(136.622)	(27.612)	(84.529)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social								
	54.083	151.075	54.530	141.704	139.763	411.801	143.220	401.628
Imposto de renda e contribuição social correntes								
	-	-	-	-	(18.992)	(55.959)	(18.408)	(50.984)
Imposto de renda e contribuição social diferidos								
	-	-	-	-	(5.615)	(21.884)	(4.050)	(16.031)
	-	-	-	-	(24.607)	(77.843)	(22.458)	(67.015)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores								
	54.083	151.075	54.530	141.704	115.156	333.958	120.762	334.613
Participação de acionistas não controladores								
	-	-	-	-	(61.073)	(182.883)	(66.232)	(192.909)
Lucro líquido do exercício								
	54.083	151.075	54.530	141.704	54.083	151.075	54.530	141.704
Lucro líquido por ação								
Básico e diluído - R\$	0,33	0,92	0,33	0,86				
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	163.910	163.910	163.910	163.910				

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração de resultado abrangente. As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de Nove Meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (ajustado)	804.001	12.570	388.397	-	-	1.204.968	1.140.312	2.345.280
Lucro líquido do período	15	-	-	-	141.704	141.704	192.909	334.613
Dividendos declarados a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(12.652)	(12.652)
Saldos em 30 de setembro de 2010	804.001	12.570	388.397	-	141.704	1.346.672	1.320.569	2.667.241

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (ajustado)	804.001	22.627	531.712	-	-	1.358.340	1.332.993	2.691.333
Lucro líquido do período	15	-	-	-	151.075	151.075	182.883	333.958
Deságio em transação de capital - EATE	8	-	-	86.821	-	86.821	-	86.821
Dividendos declarados a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(118.102)	(118.102)
Varição na participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(84.979)	(84.979)
Saldos em 30 de setembro de 2011	804.001	22.627	531.712	86.821	151.075	1.596.236	1.312.795	2.909.031

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Alupar Investimento S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Trimestres e Período de Nove Meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido do período	54.083	151.075	54.530	141.704	54.083	151.075	54.530	141.704
Itens que não afetam as disponibilidades								
Depreciação e amortização	125	362	105	293	10.847	19.779	(12)	-
Equivalência patrimonial	(69.411)	(190.587)	(51.071)	(147.794)	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	17.334	48.823	11.557	30.148	67.912	197.497	41.099	124.172
Receita financeira de créditos vinculados	(4.891)	15.010	(7.523)	21.596	(4.891)	15.010	(7.523)	21.596
Baixas do ativo imobilizado e intangível	(104)	29	1.664	1.664	37.614	38.311	1.828	2.072
Imposto diferido	-	-	-	-	5.615	21.884	(11.981)	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	61.073	182.883	53.580	180.257
	(2.864)	24.712	9.262	47.611	232.253	626.439	131.521	469.801
(Aumento) redução no ativo								
Contas a receber concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	(31.981)	(38.387)	(8.298)	(9.207)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	-	-	(92.539)	(219.835)	(95.607)	(260.770)
Partes relacionadas	-	-	(143.013)	(242.002)	9.505	(2.020)	-	-
Impostos a recuperar	112	(1.818)	(582)	(552)	(12.637)	(24.907)	(5.841)	(3.456)
Estoques	-	-	-	-	(334)	(1.531)	(495)	(1.736)
Outros ativos	1.332	595	1.936	(769)	34.286	(45.785)	14.897	(13.609)
	1.444	(1.223)	(141.659)	(243.323)	(93.700)	(332.465)	(95.344)	(288.778)
Aumento (redução) no passivo								
Fornecedores	(174)	(721)	3.297	2.669	(1.876)	(6.066)	(6.112)	20.165
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	-	-	830	2.237	(1.404)	(1.404)
Salários, férias e encargos sociais	915	286	666	402	1.633	1.209	1.135	3.016
Contribuições e impostos a recolher	(19)	(1.235)	(9)	(1.785)	26.811	6.588	30.408	9.803
Provisões pré-operacionais	-	-	-	-	72.230	72.230	-	-
Outros passivos	(923)	59	(545)	7	21.121	42.095	10.789	15.659
	(201)	(1.611)	3.409	1.293	120.749	118.293	34.816	47.239
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(1.621)	21.878	(128.988)	(194.419)	259.302	412.267	70.993	228.262
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Investimentos realizados	(87.341)	(154.553)	(20.232)	(24.850)	(180.536)	(180.536)	-	-
Dividendos e JCP recebidos	41.673	197.111	32.802	81.209	-	-	-	-
Resgate de créditos vinculados	-	65.188	166.849	123.657	-	65.188	166.849	123.657
Aplicações no imobilizado e intangível	(10.862)	(20.501)	(10.712)	(23.895)	(198.117)	(366.006)	10.325	(196.513)
	(56.530)	87.245	168.707	156.121	(378.653)	(481.354)	177.174	(72.856)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(56.530)	87.245	168.707	156.121	(378.653)	(481.354)	177.174	(72.856)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
Integralização de capital	-	-	-	-	201.392	217.861	(15.702)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	62.609	(54.253)	-	-	(11.546)	478	(17.832)	(4.532)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(47.771)	(1)	(29.102)	(53.403)	(257.620)	(36.177)	(134.929)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	42	13.986	102.079	117.265	105.024	820.464	168.588	474.465
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(35.900)	(93.651)	(55.090)	(74.299)	(189.593)	(792.544)	(245.043)	(486.317)
	26.751	(181.689)	46.988	13.864	51.874	(11.361)	(146.166)	(151.313)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	26.751	(181.689)	46.988	13.864	51.874	(11.361)	(146.166)	(151.313)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(31.400)	(72.566)	86.707	(24.434)	(67.477)	(80.448)	102.001	4.093
Demonstração do aumento nas disponibilidades								
Saldo no início do período	102.755	143.921	21.386	132.527	245.392	258.363	105.323	203.231
Saldo no final do período	71.355	71.355	108.093	108.093	177.915	177.915	207.324	207.324
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	(31.400)	(72.566)	86.707	(24.434)	(67.477)	(80.448)	102.001	4.093

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres e Período de Nove Meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01/2011 a 30/09/2011	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010
Receitas								
Receita de concessão de transmissão	-	-	-	-	22.400	69.900	20.270	61.257
Receita de infra-estrutura	-	-	-	-	69.131	185.939	61.897	212.995
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	-	-	198.253	586.552	183.132	542.247
Suprimento de energia	-	-	-	-	53.868	120.902	20.517	43.483
Outras receitas	19	122	12.009	12.071	13	127	12.050	12.113
	<u>19</u>	<u>122</u>	<u>12.009</u>	<u>12.071</u>	<u>343.665</u>	<u>963.420</u>	<u>297.866</u>	<u>872.095</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros								
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(6.844)	(39.496)	(15.443)	(39.987)
Custo de infra-estrutura	-	-	-	-	(163.291)	(185.939)	(61.897)	(212.995)
Serviços de terceiros	(1.967)	(4.435)	(3.496)	(6.793)	(17.314)	(50.838)	(15.256)	(39.422)
Materiais	(37)	(115)	(34)	(95)	(867)	(2.362)	(432)	(1.245)
Outros custos operacionais	(295)	(776)	985	(896)	82.751	(11.816)	1.288	(4.021)
	<u>(2.299)</u>	<u>(5.326)</u>	<u>(2.545)</u>	<u>(7.784)</u>	<u>(105.565)</u>	<u>(290.451)</u>	<u>(91.740)</u>	<u>(297.670)</u>
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	<u>(128)</u>	<u>(364)</u>	<u>(105)</u>	<u>(293)</u>	<u>(10.886)</u>	<u>(19.768)</u>	<u>(297)</u>	<u>(308)</u>
Valor adicionado recebido em transferência								
Equivalência patrimonial	69.412	190.587	51.158	147.794	-	-	-	-
Receita financeira	7.981	28.300	9.471	30.227	(4.187)	44.100	14.232	42.657
	<u>77.393</u>	<u>218.887</u>	<u>60.629</u>	<u>178.021</u>	<u>(4.187)</u>	<u>44.100</u>	<u>14.232</u>	<u>42.657</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>74.985</u>	<u>213.319</u>	<u>69.988</u>	<u>182.015</u>	<u>223.027</u>	<u>697.301</u>	<u>220.061</u>	<u>616.774</u>
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal								
Remuneração direta	2.962	8.709	1.924	6.154	7.479	26.272	6.890	20.318
Benefícios	182	799	298	738	1.934	5.260	1.231	3.402
Auxílio alimentação	53	215	64	178	361	973	278	805
Assistência médica	48	213	116	224	472	1.276	493	1.346
Vale transporte	8	21	2	15	13	33	10	30
Previdência privada	23	165	63	180	91	522	225	602
Outros	50	185	53	141	997	2.456	225	619
F.G.T.S	210	629	131	429	702	1.882	470	1.320
	<u>3.354</u>	<u>10.137</u>	<u>2.353</u>	<u>7.321</u>	<u>10.115</u>	<u>33.414</u>	<u>8.591</u>	<u>25.040</u>
Impostos, Taxas e Contribuições								
Federais	606	2.108	557	1.778	45.177	142.460	42.547	121.310
INSS	607	1.906	463	1.460	2.223	6.474	1.593	4.767
Encargos do consumidor	-	-	-	-	9.596	24.519	6.798	21.478
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	5.464	55.980	18.408	50.984
PIS e COFINS	3	24	5	36	12.886	33.100	9.679	25.535
Contribuição sindical/patronal	12	64	-	40	20	205	14	245
CIDE	27	27	20	32	27	27	20	32
IR sobre remessa exterior	27	27	6	43	27	27	6	43
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	19.165	21.884	4.050	16.031
Outros impostos e taxas	(70)	60	63	167	(4.231)	244	1.979	2.195
Estaduais	-	21	-	3	582	1.873	718	747
ICMS	-	-	-	-	581	1.821	714	714
IPVA	-	21	-	3	1	52	4	33
Municipais	1	26	-	34	6	59	8	66
IPTU	1	26	-	34	9	62	8	65
Taxa de licenciamento	-	-	-	-	(3)	(3)	-	1
	<u>607</u>	<u>2.155</u>	<u>557</u>	<u>1.815</u>	<u>45.765</u>	<u>144.392</u>	<u>43.273</u>	<u>122.123</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros								
Juros e variações cambiais	16.547	48.862	11.408	29.703	44.865	168.096	35.511	118.906
Aluguéis	241	578	150	425	2.050	4.823	1.146	3.367
Outras despesas financeiras	153	512	990	1.047	5.076	12.618	10.777	12.724
	<u>16.941</u>	<u>49.952</u>	<u>12.548</u>	<u>31.175</u>	<u>51.991</u>	<u>185.537</u>	<u>47.434</u>	<u>134.997</u>
Remuneração de Capitais Próprios								
Dividendos propostos e JCP	-	-	141.704	141.704	-	-	-	-
Reservas de lucros	54.083	151.075	(87.174)	-	54.083	151.075	54.530	141.704
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	61.073	182.883	66.233	192.910
	<u>54.083</u>	<u>151.075</u>	<u>54.530</u>	<u>141.704</u>	<u>115.156</u>	<u>333.958</u>	<u>120.763</u>	<u>334.614</u>
	<u>74.985</u>	<u>213.319</u>	<u>69.988</u>	<u>182.015</u>	<u>223.027</u>	<u>697.301</u>	<u>220.061</u>	<u>616.774</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

1. Informações Gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede à rua Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, bl.I 9º andar – Vila Olímpia, na cidade de São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em seis empresas geradoras e 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda. em mais uma empresa de transmissão. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Das 17 concessionárias, 4 se encontram em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão, sendo elas:

Empresas

Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM (*)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME (*)
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG (*)
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (*)

(*) Empresas pré-operacionais

A Alupar também participa com quase 100% das ações do capital total da empresa Alupar Inversiones Peru SAC, cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica no Peru.

Em 02 de setembro de 2011, a Companhia sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão 004/2011- ANEEL, para obter a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica da LT Engenheiro Lechuga - Equador, CD, em 500 kV - LT Equador - Boa Vista, CD, em 500 kV - SE Equador em 500 kV - SE Boa Vista em 500/230 kV. Esta linha de transmissão terá uma Receita Anual Permitida – RAP no montante R\$121.129.

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, totalizando 431 MW de potência instalada e 263 MW de garantia física, sendo elas:

UHE Ferreira Gomes

A UHE Ferreira Gomes localiza-se no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O empreendimento consiste no aproveitamento potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 252 MW. A previsão de entrada em operação plena é no 1º semestre de 2015.

UHE Foz do Rio Claro

A UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Caçu e São Simão, em Goiás. Este empreendimento entrou em operação plena em fevereiro de 2011.

UHE São José

A UHE São José com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul. Este empreendimento teve a entrada em operação da 1ª turbina em janeiro de 2011 e a 2ª turbina em maio de 2011.

PCH Lavrinhas

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 0,76 km² e com previsão de entrada em operação plena em setembro de 2011.

A partir de 01 de novembro de 2010, a PCH Lavrinhas iniciou o suprimento/fornecimento de energia elétrica por conta dos “CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas”.

PCH Queluz

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km² e com previsão de entrada em operação plena em agosto de 2011.

A partir de 01 julho de 2010, a PCH Queluz iniciou o suprimento de energia elétrica por conta dos “CCEIs - Contratos Bilaterais Particulares de Compra e Venda de Energia Elétrica Proveniente de Fontes Incentivadas”

Outras Geradoras

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

A Alupar participa também em 51% das ações do capital total da empresa Genpower Termoeletricas e Participações S.A., cujo objeto social é participar de novos empreendimentos de geração de energia elétrica. A Alupar iniciou sua participação na Genpower em março de 2011.

A partir de setembro de 2011, a Alupar passou a deter a participação de 90% na controlada Risaralda Energía S.A.S.E.S.P., localizada na Colômbia, cujo objetivo social é a construção e exploração da PCH Morro Azul, PCH Guática I e Guática II, totalizando 28 MW. O investimento será da ordem de US\$ 70.000.000,00, com prazo de construção previsto de 24 meses, sendo que a energia a ser gerada será negociada no mercado livre de energia da Colômbia.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações contábeis – “ITR” em 11 de novembro de 2011.

2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias (“informações contábeis”) da Companhia, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, compreendem:

a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.

b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários

(CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011, porém, aplicados de forma retroativa a partir de 01 de janeiro de 2009, data de transição adotada pela Companhia. As isenções referentes a adoção do CPC estão descritas na nota nº 4.1.1 das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira

reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30/09/2011	31/12/2010
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	100,00	99,99
Genpower termoeletricas e participações S.A.	Geração	51,00	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	90,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	38,01
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	40,01	40,01
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	60,00	60,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Transmissão	46,00	46,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda	Comercializadora	100,00	-
AF Energia	Serviços	100,00	-
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	25,51	19,39
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	40,02	30,41
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	40,02	30,41
Companhia Transleste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida 100% das empresas acima, com exceção da Transudeste, ECTE e TME que são consolidadas de forma proporcional e destaca a parcela de não controladores na demonstração de resultado e mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram às primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período de seis meses findo em 30 de setembro de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

Novas normas, alterações e interpretações de normas

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactaram as informações trimestrais de 30 de setembro de 2011.

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em coligada e em controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações trimestrais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa	28	19	230	157
Bancos - depósitos a vista	45	4.589	31.229	17.652
Aplicações financeiras	71.282	139.313	146.456	240.554
	<u>71.355</u>	<u>143.921</u>	<u>177.915</u>	<u>258.363</u>

Detalhamento das aplicações financeiras:

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros a valor justo através do resultado, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 estavam sendo remuneradas em média à 100% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Certificados de depósitos bancários	71.282	139.313	141.747	234.881
Fundo de Investimento	-	-	4.709	5.673
	<u>71.282</u>	<u>139.313</u>	<u>146.456</u>	<u>240.554</u>

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

5. Caixa Restrito

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Alupar Investimento S.A. (a)	167.473	247.671
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (b)	-	22.179
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (b)	7.470	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. - ECTE (b)	-	2.228
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (b)	-	12.704
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE (b)	2.201	2.121
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP (b)	4.166	4.239
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC (b)	4.678	4.664
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	2.894	2.831
	<u>188.882</u>	<u>298.637</u>

a) O caixa restrito registrado na Companhia refere-se a integralização de capital efetuado pelo acionista FI-FGTS, em 28 de setembro de 2009, no montante de R\$ 400.000. Em cumprimento ao acordo de acionistas firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, o valor integralizado pelo FI-FGTS ficará retido, e depositado em uma conta vinculada na Caixa Econômica Federal. A liberação do valor da integralização do FI-FGTS se dará em 5 tranches de R\$ 80.000, com a condicionante da apresentação de comprovação de dispêndios realizados com os valores já liberados. Atualmente, os recursos ainda não liberados estão

depositados em Fundo Exclusivo, denominado FI Energia, cuja rentabilidade média corresponde a 100% do CDI, formado basicamente de Títulos Públicos, Valores Mobiliários e Fundo de Ações. Até 30 de setembro de 2011, já haviam sido liberadas 3 tranches e seus respectivos rendimentos.

b) O caixa registrado nas controladas referem-se a constituição de garantias contratuais definidas nos contratos de empréstimos das controladas.

6. Impostos a compensar e diferido

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social corrente a compensar

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda	8.049	3.780
Contribuição social	7.666	395
	<u>15.715</u>	<u>4.175</u>

b) Outros tributos a compensar

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte	18.477	15.034
PIS	2.601	1.515
COFINS	13.106	7.638
INSS	111	141
Outros	3.668	160
	<u>37.963</u>	<u>24.488</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS	6.365	2.327
COFINS	29.314	10.716
INSS	112	-
	<u>35.791</u>	<u>13.043</u>
	<u>73.754</u>	<u>37.531</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda diferido	18	15
Contribuição social diferido	8	5
	<u>26</u>	<u>20</u>

7. Contrato de Concessão Público – Privado

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	864.196	793.249
	<u>864.196</u>	<u>793.249</u>
<u>Não circulante</u>		
Ativo financeiro da concessão	2.960.659	2.806.813
Ativo intangível - bens de concessão	829.044	825.570
	<u>3.789.703</u>	<u>3.632.383</u>

Movimentação do ativo financeiro de concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.600.062
Remuneração do ativo financeiro	656.450
Custo de construção	185.939
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(617.596)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>3.824.855</u>

Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão nestas controladas. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser

reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Ativo intangível – bens de concessão

Os contratos de concessão das controladas Ijuí Energia S.A. (Ijuí) e Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz), contemplam as características para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. O modelo contábil adotado por estas controladas é do registro do ativo intangível, visto que estas controladas são remuneradas em função do grau de utilização das infraestruturas da concessão. Este intangível deverá ser amortizado pelo prazo da concessão da controlada.

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE): Através do Contrato de Concessão nº 42/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada EATE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz e Presidente Dutra e Açailândia.

Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN): Através do Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada STN pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as Linhas de Transmissão em 500 kv, Teresina II – Sobral III – C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 Km e Sobral II – Fortaleza II – C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 KM.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES): Através do Contrato de Concessão nº 006/2007, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à controlada ETES pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kv, com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas – Verona, localizadas no Estado do Espírito Santo.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP): Através do Contrato de Concessão nº 43/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada ETPE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 345/138 Kv, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Vila do Conde (ampliação), no Estado do Pará.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE): Através do Contrato de Concessão nº 85/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ENTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo duas linhas de transmissão de 500 kV cada uma, sendo a primeira com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação Marabá (ampliação), ambas no estado do Pará e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia (ampliação), no Estado do Maranhão.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (ERTE): Através do Contrato de Concessão nº 83/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ERTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará.

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE): Através do Contrato de Concessão nº 88/2000, de 1º de novembro de 2000, foi outorgada à controlada ECTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 252,5 km, com origem na subestação de Campos Novos (ampliação) e término na subestação de Blumenau (ampliação) no Estado de Santa Catarina.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (ETEM): Através do Contrato de Concessão nº 005/2010, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à controlada ETEM pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 130 Km, com origem na Substação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Substação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; segundo circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Substação Nova Mutum e término na Substação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME): Através do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada TME pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 348 Km, com origem na Substação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Substação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Substação Jauru em 500/230 kv – 750 MVA.

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (ETVG): Através do Contrato de Concessão nº 018/2010, de 23 de dezembro de 2010, foi outorgada à controlada

ETVG pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Instalação de Transmissão composta pela Subestação Várzea Grande, em 230/138 kv.

LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Lumitrans): Através do Contrato de Concessão nº 007/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada Lumitrans pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 51 km, com origem na subestação de Machadinho e término na subestação de Campos Novos, ambas no estado de Santa Catarina.

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC): Através do Contrato de Concessão nº 006/2006, de 27 de abril de 2006, foi outorgada à controlada STC pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão Barra Grande - Lages, circuito duplo, com extensão aproximada de 96 km, com origem na subestação Barra Grande e término na subestação Lages; linha de transmissão Lages - Rio do Sul, circuito duplo, com extensão aproximada de 99 km, com origem na nova subestação de Lages e término na nova subestação Rio do Sul, todas localizadas no Estado de Santa Catarina.

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE): Através do Contrato de Concessão nº 11/2008, de 16 de outubro de 2008, foi outorgada à controlada EBTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 230 kV, composto pelas linhas de transmissão, Juína-Maggi, circuito duplo, com 215 km de extensão, interligando a nova subestação de Juína à subestação de Maggi; linha de transmissão Maggi-Juba, circuito duplo, com 232 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na subestação de Juba; linha de transmissão Maggi-Parecis, circuito duplo, com 106 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na nova subestação de Parecis e a linha de transmissão Nova Mutum-Sorriso-Sinop, circuito simples, com 222 km de extensão, interligando as subestações de Nova Mutum, Sorriso e Sinop, todas localizadas no Estado de Mato Grosso.

Companhia Transleste de Transmissão (Transleste): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transleste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote

B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transirapé a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste): Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transudeste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (ESDE): Através do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada ESDE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 345/138 kV, composto pela subestação Santos Dumont e dois trechos de linhas de transmissão em 345 kv, compreendidos entre o ponto de seccionamento das Linhas de Transmissão Barbacena 2 – Juiz de Fora 1 e a Subestação Santos Dumont, todas localizadas no Estado de Minas Gerais.

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Geração

Ijuí Energia S.A. (Ijuí): Através do Contrato de Concessão nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, foi outorgada à controlada Ijuí pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Pelo uso do bem público a controlada Ijuí efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 155, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz): Através do Contrato de Concessão nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, foi outorgado à controlada Foz pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Pelo uso do bem público a controlada Foz efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 214, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

Transação de capital

Conforme Acordo de Acionistas entre a Companhia e os acionistas da controlada EATE, a Companhia detém a obrigação de compra de ações preferências de emissão da controlada EATE, detidas pela Eletrobrás. Desta forma a Companhia vem aumentando gradativamente a participação no capital social da controlada EATE. Tal obrigação de compra iniciou-se 24 meses após a entrada em operação da controlada EATE, ou seja, março de 2003. Estas compras são efetuadas a cada trimestre, com período máximo de conclusão de dez anos após o seu início.

O preço de venda das ações preferenciais de titularidade da Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás, a cada trimestre, é determinado pelo atual capital contribuído pelas ações, atualizado pelo IGP-M, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., pro rata temporis, deduzidos quaisquer dividendos pagos à Eletrobrás durante o mesmo período.

A quantidade de ações a serem adquiridas pela Companhia a cada trimestre, corresponde ao percentual de ações ordinárias que a Companhia detem na controlada EATE na data de cada compra.

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital. Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE.

8. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010
<u>Em serviço</u>			
Custo			
Terrenos		6.830	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras		277.250	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	63.052	560
Máquinas e Equipamentos	4%	112.121	871
Veículos	18%	865	5
Móveis e Utensílios	10%	1.462	1.249
Total custo		461.580	2.685
Depreciação			
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(784)	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(516)	(258)
Máquinas e Equipamentos		(786)	(221)
Veículos		(299)	(2)
Móveis e Utensílios		(459)	(358)
Total depreciação		(2.844)	(839)
Total em serviço		458.736	1.846
<u>Em curso</u>			
		272.672	446.687
<u>Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação</u>		114	469
Total Imobilizado		731.522	449.002

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

Os bens do ativo imobilizado em curso referem-se aos bens das controladas Queluz, Lavrinhas e Ferreira Gomes que estão em fase pré-operacional. As datas previstas para estas empresas entrarem em operação estão descritas na nota nº 1.

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Em serviço								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Arrendamento Financeiro	Total
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	560	871	5	1.249	446.687	469	449.841
Adições	-	-	48	351	825	412	284.027	61	285.724
Baixas	-	-	(1)	(23)	(66)	(270)	(423)	(416)	(1.199)
Transferências	6.830	277.250	62.445	110.922	101	70	(457.618)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2011	6.830	277.250	63.052	112.121	865	1.461	272.673	114	734.366

	Em serviço						
	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(258)	(221)	(2)	(358)	-	(839)
Adições	(784)	(258)	(578)	(332)	(102)	-	(2.054)
Baixas	-	-	13	37	-	-	50
Saldo em 30 de setembro de 2011	(784)	(516)	(786)	(297)	(460)	-	(2.843)

9. Intangível

a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	Consolidado	
		30/09/2011	31/12/2010
<u>Em serviço - bens da concessão</u>			
Custo			
Geração	3%	818.016	284.894
Total custo - bens da concessão		818.016	284.894
Amortização			
Geração		(20.504)	(4.023)
Total amortização		(20.504)	(4.023)
Total em serviço - bens da concessão		797.512	280.871
<u>Em curso - bens da concessão</u>			
Custo			
Geração		31.532	544.699
Total em curso		31.532	544.699
<u>Outros intangíveis</u>			
Outros intangíveis - custo	10%	3.656	3.257
Outros intangíveis - amortização		(1.681)	(784)
Total outros intangíveis		1.975	2.473
<u>Intangível gerado na aquisição de ações</u>			
Ágio na aquisição de ações	3%	26.865	26.865
Amortização		(2.131)	(1.598)
Total de ágio gerado na aquisição de ações		24.734	25.267
<u>Projeto em desenvolvimento</u>			
		76.084	55.585
Total Intangível		931.837	908.895

Ativo intangível – bens de concessão

O saldo do intangível inclui os ativos intangíveis de concessão, que são reconhecidos na medida em que as controladas têm o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear pelo prazo remanescente dos contratos de concessões das controladas.

Ágio na aquisição de ações

Queluz e Lavrinhas: Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração da concessão e será amortizado a partir do momento em que os empreendimentos PCH Queluz e PCH Lavrinhas, pelo prazo remanescente da concessão de forma linear. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	30/09/2011	31/12/2010
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
Outros	247	247
	<u>8.157</u>	<u>8.157</u>

EATE: Em 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80% das 60.359.997 ações ordinárias, as quais representam 99,99% do capital social da STC, detidas pela Companhia, para sua controlada EATE, pelo valor de R\$56.779. EM 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80,0% das 26.666.289 ações ordinárias, as quais representam 94,99% do capital social da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, detidas pela Companhia, para sua controlada EATE, pelo valor de R\$32.455. Essas duas últimas transações geraram um ganho para a Companhia de R\$18.530, o qual foi registrado no resultado da Companhia naquela época. O saldo do ágio registrado na EATE em 30 de setembro de 2011 está assim composto:

	30/09/2011	31/12/2010
Ágio	18.530	18.530
Amortização de ágio	(1.953)	(1.420)
	<u>16.577</u>	<u>17.110</u>

Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando os conceitos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

b) A movimentação do intangível é a seguinte:

	Em serviço - bens da concessão		Em curso - bens da concessão		Outros intangíveis - custo	Ágio na aquisição de ações	Projeto em desenvolvimento	Amortização	Total
	Transmissão	Geração	Transmissão	Geração					
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	284.894	-	544.699	3.257	26.865	55.585	(6.405)	908.895
Adições	-	9.189	-	54.466	1.027	-	20.499	(17.912)	67.269
Baixas	-	(9.305)	-	(21.776)	(627)	-	-	-	(31.708)
Transferências	-	533.238	-	(545.857)	-	-	-	-	(12.619)
Saldo em 30 de setembro de 2011	-	818.016	-	31.532	3.657	26.865	76.084	(24.317)	931.837

10. Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de renda	29.387	22.486
Contribuição social	31.659	29.038
	<u>61.046</u>	<u>51.524</u>

b) Outros tributos a pagar

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS	4.603	5.453
PIS	1.382	747
COFINS	5.077	3.742
INSS	2.191	2.326
Outros	2.266	3.178
	<u>15.519</u>	<u>15.446</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010
Não circulante		
Imposto de renda diferido	153.565	147.981
Contribuição social diferido	55.283	39.172
	<u>208.848</u>	<u>187.153</u>

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas controladas diretamente e indiretamente pela Companhia sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste, Transudeste, ETES, Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subsequente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo a homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

11. Provisões pré-operacionais

A Administração das controladas Queluz e Lavrinhas aprovaram, mediante ata de reunião de diretoria, a provisão contábil de investimentos pré-operacionais no montante de R\$ 46.867, em agosto, na controlada Queluz e R\$ 25.363, em setembro, na controlada Lavrinhas.

As provisões pré-operacionais contemplam investimentos em obras a serem finalizadas referente ao projeto de implantação do empreendimento, interferências na Rodovia Presidente Dutra e Rodovia MRS.

12. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<u>Encargos de dívidas - circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	86	384
Moeda nacional	122	84	16.120	12.373
Debêntures	16.541	3.489	19.377	3.489
	<u>16.663</u>	<u>3.573</u>	<u>35.583</u>	<u>16.246</u>
<u>Encargos de dívidas - não circulante</u>				
Moeda nacional	-	-	96.134	111.109
Debêntures	2.008	1.058	2.008	1.058
	<u>2.008</u>	<u>1.058</u>	<u>98.142</u>	<u>112.167</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	3.290	13.047
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	4.435	1.349	285.737	202.321
	<u>4.435</u>	<u>1.349</u>	<u>289.027</u>	<u>215.368</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - não circulante</u>				
Moeda estrangeira	-	-	14.730	56.562
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	32.910	22.493	1.320.031	1.640.641
	<u>32.910</u>	<u>22.493</u>	<u>1.334.761</u>	<u>1.697.203</u>
<u>Debêntures - circulante</u>				
Moeda nacional	92.592	151.643	219.139	151.643
	<u>92.592</u>	<u>151.643</u>	<u>219.139</u>	<u>151.643</u>
<u>Debêntures - não circulante</u>				
Moeda nacional	323.358	323.358	766.273	323.358
	<u>323.358</u>	<u>323.358</u>	<u>766.273</u>	<u>323.358</u>
<u>Custo de transação a amortizar - circulante</u>				
Moeda nacional	-	-	(12)	-
Debêntures	-	-	(853)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(865)</u>	<u>-</u>
<u>Custo de transação a amortizar - não circulante</u>				
Moeda nacional	(324)	-	(324)	-
Debêntures	(3.541)	(4.531)	(4.865)	(4.531)
	<u>(3.865)</u>	<u>(4.531)</u>	<u>(5.189)</u>	<u>(4.531)</u>
Circulante	113.690	156.566	542.884	383.257
Não circulante	354.411	342.377	2.193.987	2.128.197
Total geral	<u>468.101</u>	<u>498.943</u>	<u>2.736.871</u>	<u>2.511.454</u>

Moeda estrangeira	Consolidado						
	30/09/2011						
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida			
Encargos Circ.				Encargos não circ.	Principal circ.	Principal não circ.	
Instituições financeiras / credores							
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	221	1.527
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	40	-	885	3.981
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	99	670
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	11	-	710	2.192
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%	9	-	718	1.855
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	6	-	232	1.602
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	2	-	105	708
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	220	1.522
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	100	673
				86	-	3.290	14.730

Moeda estrangeira	Consolidado						
	31/12/2010						
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida			
Encargos Circ.				Encargos não circ.	Principal circ.	Principal não circ.	
Instituições financeiras / credores							
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	7	-	202	1.551
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	128	-	795	4.373
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	91	679
BNDES - EATE	2016	Cesta de moedas	5,00%	131	-	6.303	25.738
BNDES - ENTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	72	-	3.765	15.061
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	13	-	646	2.475
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%	11	-	652	2.174
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	-	208	1.591
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	3	-	91	681
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	200	1.534
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	94	705
				384	-	13.047	56.562

Moeda nacional	Consolidado							
	30/09/2011							
	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar	
Encargos Circ.			Encargos não circ.	Principal circ.	Principal não circ.	Circulante	Não circulante	
Instituições financeiras / credores								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2014	Juros de 8,73%	-	-	144	166	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	48	36	(12)	-
Banco do Brasil - TME (*)	2025	TJLP + 10,00%	519	-	-	36.800	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2011	CDI + 2,55%	1.205	-	23.000	-	-	-
Banco do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	35	-	-	3.744	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	35	-	1.041	7.200	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	182	-	2.552	31.688	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	15	-	470	3.175	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	1.034	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	98	-	15.076	216.967	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	56	-	809	10.272	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	514	-	10.962	138.853	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50 %	79	-	4.458	13.745	-	-
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5%	342	-	2.082	5.029	-	-
BNDES - ETEP	2015	IGPM + 13%	136	-	9.163	22.144	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	166	-	2.301	25.307	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	179	-	1.508	10.677	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.454	36.833	12.543	181.878	-	-
BNDES - IJUÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.294	37.741	9.659	158.942	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	1.029	12.940	9.427	118.618	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	1.697	-	2.994	38.557	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	699	8.620	10.476	129.205	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	134	-	3.769	36.118	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	7	-	755	1.132	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	34	-	1.084	7.499	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	15	-	490	3.307	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	43	-	2.889	20.706	-	-
FINBP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	122	-	4.291	32.744	-	(324)
Itaú BBA - Lavrinhas	2011	128,0% a 130,0% do CDI	821	-	12.500	-	-	-
Itaú BBA - Queluz	2011	127,5% a 129,0% do CDI	1.102	-	18.000	-	-	-
Itaú BBA - ETEM	2011	114% CDI	514	-	45.400	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	34	-	1.041	7.201	-	-
Santander - Ferreira Gomes	2011	CDI + 1,50%	495	-	40.000	-	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	15	-	470	3.176	-	-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. - Ferreira Gomes	2019	Juros de 114,5%	842	-	29.400	-	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	22	-	1.659	4.811	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41 %	184	-	5.144	49.300	-	-
			16.120	96.134	285.737	1.320.031	(12)	(324)

Debêntures:

1ª Emissão - Alupar	2011	118% CDI	25	-	15.950	-	-	(5)
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% + IPCA+8,95%	10.860	2.008	76.642	173.358	-	(2.258)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	5.656	-	-	150.000	-	(1.278)
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	1.760	-	78.545	274.909	(508)	(789)
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	929	-	41.455	145.091	(291)	(451)
HSBC Corretora de Títulos - BCTE (*)	2016	CDI + 1,30%	147	-	6.547	22.915	(54)	(84)
			19.377	2.008	219.139	766.273	(853)	(4.865)
			35.497	98.142	504.876	2.086.304	(865)	(5.189)

Moeda nacional	Consolidado						31/12/2010		
	Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar	
				Encargos Circ.	Encargos não circ.	Principal circ.	Principal não circ.	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:									
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2013	Juros de 8,73%	-	-	186	102	-	-	-
Banco do Brasil - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	587	1.983	-	-	-
Banco Industrial - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	4	-	222	631	-	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	35	-	-	3.744	-	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50%	40	-	1.041	7.981	-	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	201	-	2.552	33.601	-	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	470	3.528	-	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	154	-	10.485	228.366	-	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	62	-	788	10.904	-	-	-
BNDES - EATE	2015	TJLP + 5,00%	926	-	39.852	159.407	-	-	-
BNDES - EATE	2016	IGPM + 13,00%	472	-	9.071	37.040	-	-	-
BNDES - EATE	2015	URTJLP + 1,88%	32	-	1.873	7.492	-	-	-
BNDES - EATE	2005	Juros de 4,50%	16	-	1.649	6.596	-	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	539	-	10.589	136.767	-	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	24	-	1.338	3.904	-	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	IGPM + 12,00%	32	-	1.576	4.597	-	-	-
BNDES - EBTE	2015	TJLP + 5,50 %	604	-	27.625	108.196	-	-	-
BNDES - EBTE	2015	TJLP + 5,50 %	100	-	4.458	17.088	-	-	-
BNDES - ETEP	2015	IGPM + 13,00%	853	-	1.870	5.921	-	-	-
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5,00%	178	-	9.163	29.016	-	-	-
BNDES - ETEB	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	153	-	2.278	27.037	-	-	-
BNDES - ETEB	2019	Juros de 4,5%	127	-	1.581	11.623	-	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 3,17%	1.761	35.820	9.466	192.468	-	-	-
BNDES - Ijuí	2027	TJLP + 3,17%	416	26.189	2.634	165.967	-	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	1.048	13.626	9.016	117.204	-	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	154	-	3.383	33.201	-	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	10	-	281	2.907	-	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	2.729	35.474	8.370	108.813	-	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41%	153	-	3.769	38.945	-	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,90%	10	-	755	1.698	-	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	40	-	1.084	8.312	-	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	18	-	470	3.528	-	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,00%	47	-	2.677	21.194	-	-	-
BRDE - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	668	1.892	-	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	84	-	1.163	22.391	-	-	(215)
Itaú BBA - Lavrinhas	2011	130,00% a 132,00% CDI	166	-	6.000	-	-	-	-
Itaú BBA - Queluz	2011	130,00% a 134,00% CDI	595	-	15.000	-	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	40	-	1.041	7.982	-	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	490	3.674	-	-	-
Unibanco - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	667	1.891	-	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	268	-	989	9.892	-	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41%	210	-	5.144	53.158	-	-	-
			12.373	111.109	202.321	1.640.641	-	-	(215)
Debêntures:									
1ª Emissão - Alupar	2011	118% do CDI	1.584	-	75.000	-	-	-	(50)
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI + 1,9% e IPCA + 8,95%	1.407	1.058	76.643	173.358	-	-	(2.764)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	498	-	-	150.000	-	-	(1.502)
			3.489	1.058	151.643	323.358	-	-	(4.316)
			15.862	112.167	353.964	1.963.999	-	-	(4.531)

(*) O valor destes contratos estão ajustado pela parcela de participação da controladora na controlada em conjunto.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 30 de setembro de 2011, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas, com a seguinte observação no caso das controladas Queluz e Lavrinhas.

Os contratos que as controladas Queluz e Lavrinhas possuem com o BNDES estabelecem condições financeiras restritivas a serem verificadas a partir do completion físico e financeiro dos projetos, que consistem em manter durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

(ICSD) de no mínimo 1,2. Cabe ressaltar que tanto a controlada Queluz quanto a controlada Lavrinhas possuem duas turbinas com potência equivalente a 15MW cada. Em 12 de agosto de 2011 e 3 de setembro de 2011, somente uma das turbinas de cada uma das controladas entraram em operação, pois as demais turbinas necessitaram de ajustes nos seus eixos. Dada essa fase de transição em que as controladas se encontram (entre implantação e operação), onde Queluz e Lavrinhas já vêm procedendo ao pagamento integral e pontual das amortizações mensais perante ao BNDES, porém ainda não atingiu totalmente o seu completion físico e financeiro, a administração das controladas está finalizando as tratativas junto ao BNDES para formalizar esse novo cronograma de atingimento do completion físico e financeiro; para que a partir daí, o BNDES possa dar andamento à liberação garantia corporativa prestada pela Alupar e as controladas possam iniciar o período de verificação das respectivas condições restritivas. A Administração das controladas Queluz e Lavrinhas entendem que todos os índices contratuais serão atingidos no momento em que as demais turbinas entrarem em operação.

As cláusulas restritivas das demais controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.

Em 30 de setembro de 2011 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas, no montante de R\$21.409.

As características dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e das controladas estão detalhados abaixo:

Debêntures

Debêntures – Alupar - 1ª Emissão – emissão em agosto de 2009 de R\$45.000 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 4 séries. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão da debênture de cada uma das séries, equivalente a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia. As debêntures contam com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda. (“Garantidora”). As debêntures de cada uma das séries da 1ª emissão terão as seguintes datas de vencimento finais:

- (i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
- (ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
- (iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
- (iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

Debêntures – Alupar - 2ª Emissão – emissão em dezembro de 2009 de R\$250.000 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 2 séries. As debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 4 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento 5 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014.

As debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração anual correspondente a variação do CDI + 1,90%. As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração anual de 8,95%. O pagamento da remuneração da 1ª série será feito semestralmente, a partir da data de emissão. O pagamento da remuneração da 2ª série será feito anualmente, a partir da data de emissão.

Debêntures – Alupar - 3ª Emissão – emissão em dezembro de 2010 de R\$150.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. A amortização das debêntures será realizada em 2 parcelas, sendo 50% em dezembro de 2014, e o saldo remanescente na data de vencimento, que será em dezembro de 2015. As debêntures renderão juros correspondentes a variação do CDI + 1,85% ao ano, com vencimento semestral.

Debêntures – EATE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$360.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ENTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$190.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ECTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$75.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional: Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a atualização pela taxa de juros de longo prazo (TJLP), pelo índice geral de preços do mercado (IGPM) ou pelo certificado de depósito interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com spread de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira: Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Controlada ETEM: Empréstimo captado no Banco Itaú BBA em março de 2011 com vencimento em agosto de 2011 no montante de R\$36.000, Este empréstimo será liquidado em parcela única parcela na data do vencimento, sendo atualizado pela taxa de 131% do CDI + 5,8% ao ano.

Controlada Transirapé: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 144 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Controlada Transudeste: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o

contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 142 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Controlada Transleste: O Banco BDMG creditou a favor da controlada Transleste o valor de R\$ 12.971 equivalentes a US\$ 5.000.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil – PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

- b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Consolidado						Saldo final 30/09/2011
	Saldo inicial 31/12/2010	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Varição monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	
Instituições financeiras / credores							
Empréstimos e financiamentos (inclui arrendamento mercantil):							
Moeda Nacional	1.966.444	204.456	105.191	13	(485.621)	(72.797)	1.717.686
Moeda Estrangeira	69.993	36.000	4.667	1.510	(89.298)	(4.766)	18.106
	<u>2.036.437</u>	<u>240.456</u>	<u>109.858</u>	<u>1.523</u>	<u>(574.919)</u>	<u>(77.563)</u>	<u>1.735.792</u>
Debêntures:							
Moeda Nacional	475.017	580.008	86.116	-	(69.622)	(70.440)	1.001.079
	<u>475.017</u>	<u>580.008</u>	<u>86.116</u>	<u>-</u>	<u>(69.622)</u>	<u>(70.440)</u>	<u>1.001.079</u>
	<u>2.511.454</u>	<u>820.464</u>	<u>195.974</u>	<u>1.523</u>	<u>(644.541)</u>	<u>(148.003)</u>	<u>2.736.871</u>

- c) Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda
	US\$ mil	R\$	R\$
2012	320	601	181.962
2013	1.746	3.282	334.505
2014	1.746	3.282	330.179
2015	1.426	2.681	317.814
2016	985	1.852	157.538
2017	751	1.413	133.625
Após 2017	862	1.620	723.634
	<u>7.835</u>	<u>14.730</u>	<u>2.179.257</u>

13. Provisões para Litígios

a) A composição dos litígios é como segue:

	Quantidade de ações	Consolidado			
		Passivo		Ativo	
		Provisões		Depósitos judiciais	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Processos judiciais					
Fiscal (a)	61	2.277	2.135	2.361	2.217
Cível (b)	63	797	13	3.746	3.372
Fundiário (c)	369	2.037	2.037	497	2.937
Trabalhista (d)	95	830	184	350	75
Penal	3	-	-	-	-
Processos arbitral (e)					
	1	-	-	-	-
Processos administrativos					
Regulatório (ANEEL)	13	-	-	-	-
Fiscal	80	-	-	-	-
	685	5.941	4.369	6.954	8.601
Circulante		2.175	1.452	302	417
Não circulante		3.766	2.917	6.652	8.184
		5.941	4.369	6.954	8.601

b) A movimentação dos litígios é como segue:

	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Baixas	Pagamentos	Saldo final
	31/12/2010					30/09/2011
Processos judiciais						
Fiscal (a)	2.135	39	103	-	-	2.277
Cível (b)	13	784	-	-	-	797
Fundiário (c)	2.038	2	251	-	252	2.037
Trabalhista (d)	183	647	-	-	-	830
	4.369	1.472	354	-	252	5.941

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, questões fundiárias, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL. Existe ainda um procedimento arbitral em andamento.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Em virtude da obrigatoriedade de depósito como garantia futura para o pagamento de causa judicial perdida e para se recorrer em juízo, em alguns casos, os valores da provisão para contingência tem valor menor que o depósito judicial, considerando que nesta provisão foram considerados os processos com "Perda Provável".

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos classificados como perda provável, em que a Companhia, suas Controladas e suas Controladas em conjunto figuram como parte, de acordo com sua natureza:

a) **Fiscal:** Não há processos a serem destacados.

b) **Cível:** Dentro das ações cíveis destacamos as seguintes:

Ijuí Energia

Ação Cautelar Exibitória de Documentos proposta por Maria Wochniski Fernandes contra a Ijuí Energia. Sentença julgada improcedente. Houve a fase recursal. A sentença foi reformada. Concluso ao Relator Recurso Especial da União.

c) **Fundiário:** Não há processos a serem destacados.

d) **Trabalhista:** Dentre os processos que versam sobre matéria trabalhista, merecem destaque os seguintes processos:

ETES

Processo Trabalhista movido pelo reclamante José Carlos Cardozo em face da empresa ETES. Trata-se de uma reclamação trabalhista requerendo responsabilidade solidária ou subsidiária da ETES ao pagamento de verbas rescisórias e horas extras, decorrentes do reconhecimento do vínculo empregatício.

Nesse processo houve uma sentença que julgou a ação procedente em parte condenando a ETES de maneira solidária. O recurso ordinário não foi admitido. Iniciada a execução contra a primeira reclamada. A ETES foi efetuou pagamento, garantindo o Juízo. A ETES opôs Embargos à Execução. Aguardando julgamento de medida processual.

Foz do Rio Claro

Processo Trabalhista movido pelo reclamante Jaider Ferreira Torquato em face da empresa Foz do Rio Claro. O processo encontra-se em fase pericial de segurança e meio de ambiente de trabalho junto à Comarca de Quirinópolis – TRT da 18ª Região.

Ijuí Energia

Processo Trabalhista movido pelo reclamante Alessandro Freitas Ferraz em face da empresa Ijuí Energia e Naturasul. A Ijuí, nesta ação, figura como responsável subsidiária da Naturasul. Próxima audiência designada para dia 20 de outubro de 2011.

Transleste

Processo Trabalhista movido pelo reclamante José Graciano de Souza em face da empresa Transleste e Confederal. Em se tratando desta ação, em 28 de março de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente A Transleste decidiu não recorrer, mas a Confederal interpôs recurso ordinário. Na audiência de

conciliação a proposta conciliatória foi recusada. O agravo de julgamento foi provido parcialmente. Em 29 de julho de 2011 a empresa foi intimada para apresentar cálculos.

ECTE / EATE / ETEP / ERTE / ENTE

Processo Trabalhista movido pelo reclamante Carlos Heger em face das empresas descritas acima. Processo tem como objeto pedido de horas extras entre outros.

e) Penal: Não há processos a serem destacados.

f) Arbitral: Não há processos a serem destacados.

g) Administrativos – Regulatório:

ECTE

Processo de autoria da ANEEL em face da ECTE. Trata-se de uma inadimplência no envio do BMP de janeiro, fevereiro e março de 2009. Descumprimento do subitem 5, do item 6.2 Instruções Gerais - IG, do MCSPEE, introduzido pela REN 444/2001. Conduta irregular tipificada no inciso VII, do Art. 6º, da REN 63/2004. Em 22 de junho de 2009 foi protocolada a resposta pela ECTE.

ENTE

- Processo de autoria da ANEEL em face da ENTE. Trata-se de um Auto de Infração em decorrência do descumprimento do subitem 5 do item 6.2. da MCSPEE - Resolução ANEEL 444/2001 - inadimplência no envio do BMP. Infração tipificada no inciso III, do art. 6º, da REN 63/2004. Protocolado recurso em 09 de março de 2011. Encaminhado para julgamento da Diretoria da ANEEL em 11 de abril de 2011.

- Processo de autoria da ONS em face da ENTE. Trata-se de uma Parcela Variável (P.V.) de desligamento por conveniência operativa e corte seletivo de árvores. Foi protocolado o pedido de reconsideração pela empresa.

h) Administrativos – Fiscal: Não há processos a serem destacados.

i) Administrativos – Ambiental: Não há processos a serem destacados.

Ademais, apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos classificados como perda possível, em que a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto figuram como parte, de acordo com sua natureza:

Fiscal: Dentre os processos que versam sobre matéria tributária, merecem destaque os seguintes casos:

Alupar

Mandado de Segurança interposto pela Alupar em face da União Federal versando sobre a exclusão dos valores recebidos a título de Juros sobre Capital próprio da base de Cálculo do PIS e da COFINS.

A ação foi distribuída em 22 de janeiro de 2009, em 23 de janeiro de 2009 a medida liminar foi indeferida. Em 30 de janeiro de 2009 foi realizado depósito judicial no montante de R\$ 1.499. Em 20 de abril de 2009 julgou-se a sentença improcedente. Em 27 de abril de 2009 foi opostos Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Em 03 de junho de 2009 foi interposto Recurso de Apelação. Em 10 de junho de 2009 o Recurso de Apelação foi recebido somente no efeito devolutivo. Em 24 de julho de 2009 os Autos foram remetidos ao TRF3ª Região. Em 01 de setembro de 2009 os Autos distribuídos no TRF 3ª Região ao Des. Fed. Marcio Moraes da 3ª Turma. Em 08 de setembro de 2009 os Autos foram remetidos ao MPF. Em 09 de outubro de 2009 os foram Autos recebidos do MPF. Desde o dia 09 de outubro de 2009 os Autos estão conclusos ao Relator. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 1.495.

Cível: Dentro das ações cíveis destacamos as seguintes:

Alupar

Ação movida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Alupar, da Aneel e do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) do Amapá e do Secretário do Estado do meio ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. Foi proferido o despacho determinando a notificação da ANEEL para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ofereça um pronunciamento em face do pedido de medida liminar formulado pelos autores, tendo a Aneel requerido o indeferimento do pedido de medida liminar. O Município de Cutias requereu o seu ingresso na presente demanda, na qualidade de litisconsorte ativo e concordou com a pretensão formulada pelos autores. Foi admitido o ingresso aos autos do Município de Cutias, na qualidade de litisconsorte ativo. A Alupar já apresentou contestação e atualmente aguarda-se a apresentação da contestação pelos co-réus e a realização da audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2011. Em 10 de dezembro de 2010 protocolizamos contestação. Em 18 de fevereiro de 2011 foi realizada audiência de conciliação, sendo certo que a mesma restou infrutífera. Em 21 de fevereiro de 2011 foi proferida decisão: (i) deferindo a juntada de memória de reunião pela Procuradoria Federal, representando o Instituto Chico Mendes (ICMBIO); (ii) deferindo o ingresso no pólo passivo do feito pela União Federal, pelo Estado do Amapá e pelo ICMBIO; (iii) determinando a retificação na autuação do feito; (iv) deferindo pedido de vista do feito ao Município de Cutias, por 48 horas; (v) determinando a notificação da União Federal, do Estado do Amapá e do ICMBIO para manifestação, em 72 horas; e (vi) determinando a remessa dos autos à conclusão para a apreciação do pedido de tutela antecipada, após o decurso dos prazos acima. Em 21 de fevereiro de 2011 foi apresentada contestação pela Procuradoria Federal. Em 24 de fevereiro de 2011 foi apresentada manifestação pelo Município de Cutias. Em

28 de março de 2011 foi apresentada manifestação pela União Federal. Atualmente estamos aguardando a decisão sobre o pedido liminar. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 992.

Foz do Rio Claro

Existem 4 ações de Execução de Título Extrajudicial interposta pela Construtora Triunfo S.A. em face da Foz do Rio Claro.

Na primeira ação, em 19 de agosto de 2011 foi publicado despacho designando Audiência de Conciliação para o dia 06 de abril de 2012. Logo, as partes estão aguardando a realização da Audiência Conciliatória; Na segunda ação, em 17 de fevereiro de 2010 foi opostos embargos à execução pela Foz do Rio Claro. Atualmente aguarda-se o processamento dos embargos; Na terceira ação, em 06 de setembro de 2011 foi juntada aos autos a manifestação da Construtora Triunfo. Em 13 de setembro de 2011 os autos foram remetidos à conclusão. Atualmente estamos aguardando prosseguimento do feito; e na quarta ação, em 09 de agosto de 2011 foi realizada a audiência conciliatória entre as partes a mesma restou infrutífera. Em 24 de agosto de 2011 os Autos foram remetidos à conclusão. Atualmente as partes estão aguardando o prosseguimento do feito. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011, do primeiro processo é de R\$ 613. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011, do segundo processo é de R\$ 521. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011, do terceiro processo é de R\$ 816. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011, do quarto processo é de R\$ 1.108.

Fundiário: Não há processos a serem destacados.

Trabalhista: De uma maneira geral, o objeto destes processos referem-se ao pagamento de horas extras.

Penal: Não há processos a serem destacados.

Arbitral: Destaca-se o seguinte processo:

Ijuí Energia

Conforme consta do Termo de Arbitragem, a controvérsia decorre da divergência entre as partes no que diz respeito ao cumprimento do Contrato de Empreitada, firmado em 02 de outubro de 2007, entre a Ijuí Energia S.A. e a COMPASUL – Construção e Serviços Ltda., que teve por objeto “a execução, no regime de empreitada total, a preço global e prazo determinado, das obras civis necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José, localizada no Rio Ijuí, município de Salvador das Missões (margem direita) e Rolador (margem esquerda) no Estado do Rio Grande do Sul. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 25.000.

Administrativos – Regulatório: Não há processos a serem destacados.

Administrativos – Fiscal: Destacam-se os seguintes processos:

EATE

Trata-se de Termo de Início de Fiscalização de ISS (Responsabilidade Tributária) interposto pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Marabá – PA em face da EATE.

Foi interposto novo Recurso Voluntário pela EATE em 06 de agosto de 2010. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 2.041.

ENTE

- Trata-se de um Auto de Infração interposto pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins em face da ENTE relativo ao ISS - Prestação de Serviços de Transmissão do 4o. Circuito da LT 500 Kv Tucuruí-Açailândia - período 2005 a 2007.

Com relação a esse processo, verifica-se que foi apresentada impugnação ao AINF em 06 de novembro de 2007, tendo sido determinado a apresentação de contestação. Aguardando apreciação da impugnação. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 3.193.

- Trata-se de um Auto de Infração e Notificação Fiscal interposto pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins em face da ENTE relativo ao ISS - Prestação de Serviços de Construção do 4o. Circuito da LT 500 Kv Tucuruí-Açailândia - período 2004.

Com relação a esse processo, verifica-se que foi objeto do Mandato de Segurança. Atualmente existe uma liminar suspendendo a exigibilidade do crédito. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 961.

- Trata-se de um Termo de Início de Fiscalização de autoria da Secretaria de Finanças do Município de Marabá – PA em face da ENTE. Cujo objeto refere-se ao ISS de serviços distintos contratados pela empresa no período de 2002 a 2005. Responsabilidade Tributária.

Foi interposto novo Recurso Voluntário pela empresa em 06 de agosto de 2010. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 1.105.

EBTE

Trata-se de um Auto de Infração relativo a Diferencial de ICMS interposto pela SEFAZ Mato Grosso em face da EBTE, no qual foi protocolado recurso pela EBTE. O valor estimado da causa na data base de 30 de setembro de 2011 é de R\$ 8.420.

Administrativos – Ambiental: Não há processos a serem destacados.

Ainda, apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos classificados como perda remota, em que a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto figuram como parte, de acordo com sua natureza, entendem merecer destaque:

Cível: Dentro das ações cíveis destacamos as seguintes:

STN

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Federal em face da STN (e outros).

Feito em curso e em fase de instrução. Houve ordem judicial de depósito preventivo na quantia de R\$ 3.000. Foi impetrado Recurso Especial para o STJ para revisão da determinação judicial para realização de depósito. Tal Recurso Especial ainda não foi julgado.

14. Patrimônio Líquido

Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.”

Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R\$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda	134.666.992	82,15
FI - FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	<u>163.910.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva de capital

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital (vide nota nº 7).

Dividendo obrigatório

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

15. Resultado por Ação

Resultado por Ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para o período de seis meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010:

	30/09/2011	30/09/2010
Numerador:		
Lucro líquido do período	151.075	141.704
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	163.910	163.910
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,922	0,865

16. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010
<u>Receita Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	69.899	61.257
Suprimento de energia	120.902	43.483
Remuneração do ativo de concessão	586.552	542.248
Receita de infra-estrutura	185.939	212.995
	<u>963.292</u>	<u>859.983</u>
<u>Deduções</u>		
PIS	(5.900)	(4.432)
COFINS	(27.217)	(20.569)
ICMS	(1.819)	(1.247)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(15.164)	(13.683)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(6.234)	(5.055)
	<u>(56.334)</u>	<u>(44.986)</u>
Receita Operacional líquida	<u>906.958</u>	<u>814.997</u>

17. Receitas e Despesas Financeiras

	Consolidado	
	30/09/2011	30/06/2010
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	39.505	36.763
Outros	5.949	5.894
Total	<u>45.454</u>	<u>42.657</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(75.427)	(92.698)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(4.840)	(4.332)
Encargos sobre debêntures	(88.306)	(28.270)
Variação monetária sobre debêntures	-	-
Variação cambial	(11)	(79)
Outros	(13.492)	(1.807)
Total	<u>(182.076)</u>	<u>(127.186)</u>
Total Líquido	<u>(136.622)</u>	<u>(84.529)</u>

18. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil e 1 no Peru. A Alupar também detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, os detalhes destas controladas estão descritas na nota nº 1.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora	
	30/09/2011	31/12/2010
Ativo circulante	14.531	82.724
Dividendos a receber	13.903	63.662
Transminas Holding S.A.	1.698	2.363
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	-	7.902
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	18.481
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	15.009
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	8.921	7.186
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	4.307
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.036	1.256
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	-	5.052
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	1.032	890
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	1.216	1.216
Juros sobre capital próprio	628	19.062
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	6.938
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	6.998
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	2.292
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	-	2.206
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	628	628
Ativo não-circulante	338.475	284.222
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	-	6.086
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	-	1.350
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	7.000	7.000
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3.500	3.500
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S/A-ETVG	3.500	-
Foz do Rio Claro Energia S/A	84.420	66.380
Ijuí Energia S.A.	204.766	163.316
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	12.886	8.886
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	21.384	14.384
Ferreira Gomes Energia S.A	-	13.320
Alupar Inversiones Peru	1.019	-

Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2011
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	36.833
23/12/09	Conselho de Administração	EATE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	19.957	29/12/09	15/12/15	-
23/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/11/24	150.329
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	27.774
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	12.364
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/08	15/03/27	233.708
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/08	15/09/2027	208.636
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	142.014
01/02/08	Conselho de Administração	Queuz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	149.000
15/12/08	Conselho de Administração	Queuz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	5.638	21/07/08	28/10/11	5.817
25/10/10	Conselho de Administração	Queuz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.649	30/08/10	24/10/11	4.799
25/10/10	Conselho de Administração	Queuz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	3.094	30/09/10	31/10/11	3.194
25/10/10	Conselho de Administração	Queuz	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	5.128	08/04/11	28/10/11	5.292
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.100	15/09/10	12/12/11	4.231
15/12/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	2.069	23/12/10	16/12/11	2.136
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	2.057	07/02/11	14/12/11	2.157
25/10/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Empréstimos Ponte	Prestação de aval em CCB	4.679	08/04/11	15/12/11	4.797
04/12/07	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.471	28/12/07	15/04/22	41.915
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	232.141
19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	3.779
11/05/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial-Banco do Brasil	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	50.000	02/06/11	27/11/11	24.005
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/2010, haja vista a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	973	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	715	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	457	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	543	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
28/03/11	Conselho de Administração	Genpower	Alupar	Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Para Geração Termelétrica	Declaração de Fiança	O valor estimado do Contrato será dado pela aplicação de uma fórmula.	19/04/11	28/02/34	Aditivo Contratual nº 1 alterando a data do contrato para 31/12/2033.
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith	Prestação de Garantias (Fiança)	152.910	05/05/11	01/04/13	-
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Abertura De Linha de Crédito Para Celebração de Operações de Mútuo - Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	29.400	14/07/11	14/11/11	30.242

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembléia Geral realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R\$6.300 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2011/2012.

19. Instrumentos Financeiros

20.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Caixa restrito;
- c) Contas a receber de clientes;
- d) Partes relacionadas – contas a receber;
- e) Ativo financeiro ICPC01;
- f) Cauções e depósitos judiciais;
- g) Títulos e valores mobiliários;
- h) Fornecedores;
- i) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida; e
- j) Debêntures.

20.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	146.456	146.456	240.554	240.554
Caixa vinculados	188.882	188.882	247.671	247.671
Contas a receber de clientes	123.721	123.721	88.738	88.738
Ativo financeiro da concessão	3.824.855	3.824.855	3.600.062	3.600.062
Cauções e depósitos judiciais	7.056	7.056	8.601	8.601
Títulos e valores mobiliários	53.460	53.460	77.362	77.362
	<u>4.344.430</u>	<u>4.344.430</u>	<u>4.262.988</u>	<u>4.262.988</u>
Passivo				
Fornecedores	40.427	40.427	51.778	51.778
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.751.459	1.751.459	2.036.453	2.036.453
Debêntures	985.412	985.412	475.001	475.001
	<u>2.777.298</u>	<u>2.777.298</u>	<u>2.563.232</u>	<u>2.563.232</u>

Mensuração do valor justo, a Companhia e suas controladas classificam e divulgam os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas controladas.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

20.3 Instrumentos Financeiros por Categoria (saldos contábeis)

Consolidado		
30/09/2011		
Ativos/Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo		
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	146.456	146.456
Caixa vinculados	188.882	188.882
Contas a receber de clientes	123.721	123.721
Ativo financeiro da concessão	3.824.855	3.824.855
Cauções e depósitos judiciais	7.056	7.056
Títulos e valores mobiliários	53.460	53.460
335.338	4.009.092	4.344.430
Passivo		
Fornecedores	40.427	40.427
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.751.459	1.751.459
Debêntures - incluem encargos	985.412	985.412
-	2.777.298	2.777.298

Consolidado		
31/12/2010		
Ativos/Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo		
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)	240.554	240.554
Caixa vinculados	247.671	247.671
Contas a receber de clientes	88.738	88.738
Ativo financeiro da concessão	3.600.062	3.600.062
Cauções e depósitos judiciais	8.601	8.601
Títulos e valores mobiliários	77.362	77.362
488.225	3.774.763	4.262.988
Passivo		
Fornecedores	51.778	51.778
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	2.036.453	2.036.453
Debêntures - incluem encargos	475.001	475.001
-	2.563.232	2.563.232

20.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

20.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado		30/09/2011				
Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)		146.456				
	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	5	8	10,50	13	16
Operação		30/09/2011				
	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	7.689	11.533	15.378	19.222	23.067

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Alupar - consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 30.09.2011 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)
CDI			5,25%	7,88%	10,50%	13,13%
	CDI + 1,30%	569.462	37.688	52.831	67.974	83.117
	CDI + 1,50%	40.000	2.731	3.797	4.863	5.929
	CDI + 1,85%	150.000	10.796	14.806	18.816	22.827
	CDI + 1,90%	250.000	18.124	24.812	31.499	38.186
	CDI + 2,55%	23.000	1.825	2.444	3.063	3.682
MOEDA ESTRANGEIRA - US\$			0,85	1,28	1,70	2,13
	Var. do US\$ + 4,00%	2.647	(1.290)	(559)	172	903
	Var. do US\$ + 4,50%	5.032	(2.465)	(1.068)	329	1.725
	Var. do US\$ + 5,00%	7.439	(3.661)	(1.587)	488	2.563
	Var. do US\$ + 5,50%	2.902	(1.435)	(622)	191	1.005
IGP-M			2,74%	4,11%	5,48%	6,85%
	IGP-M + 9,85%	6.470	832	929	1.027	1.124
	IGP-M + 13,00%	31.307	5.039	5.524	6.009	6.493
TJLP			3,00%	4,50%	6,00%	7,50%
	TJLP + 2,22%	267.726	14.154	18.259	22.364	26.469
	TJLP + 2,37%	27.608	1.502	1.926	2.350	2.774
	TJLP + 2,41%	94.331	5.172	6.621	8.070	9.519
	TJLP + 2,44%	194.421	10.719	13.706	16.694	19.681
	TJLP + 2,56%	149.815	8.445	10.750	13.054	15.359
	TJLP + 3,17%	168.601	10.563	13.172	15.781	18.391
	TJLP + 3,90%	1.887	132	162	191	221
	TJLP + 4,00%	12.380	881	1.075	1.268	1.461
	TJLP + 4,50%	16.699	1.275	1.537	1.798	2.060
	TJLP + 4,55%	41.551	3.194	3.845	4.497	5.149
	TJLP + 5,00%	7.111	580	692	804	916
	TJLP + 5,50%	18.203	1.577	1.865	2.153	2.441
	TJLP + 10,00%	36.800	4.894	5.502	6.109	6.716

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos.

20.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

20.6.1 Riscos de mercado

As controladas Foz do Rio Claro, Ijuí, Lavrinhas e Queluz possuem risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

20.6.2 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

20.6.3 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

20.6.4 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

20.6.5 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide nota nº 11)

19.6.6 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

20.6.7 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

20. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Demonstração do Resultado Segregado por Atividade 30/09/2011				
	Transmissão	Geração	Holding	Eliminação	Total
Receita operacional líquida	894.679	120.615	-	(108.335)	906.958
Custo dos serviços prestados	(45.092)	(1.975)	-	1.340	(45.728)
Compra de Energia	-	(39.335)	-	-	(39.335)
Custo de construção	(248.980)	(10.858)	-	73.899	(185.939)
Depreciação / Amortização	(1.563)	(17.820)	-	50	(19.332)
	(295.635)	(69.988)	-	75.289	(290.335)
Lucro bruto	599.044	50.626	-	(33.047)	616.623
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(8.762)	(14.184)	(6.492)	403	(29.035)
Pessoal	(8.644)	(5.042)	(7.306)	250	(20.743)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(4.071)	(654)	(4.738)	259	(9.204)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST)	-	(4.119)	-	-	(4.119)
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(1.936)	-	-	(1.936)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(315)	-	-	(315)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(3.078)	(47)	-	143	(2.982)
Despesas financeiras	(108.326)	(28.347)	(49.374)	3.970	(182.076)
Encargos e variações monetárias sobre empr. e financ.	(92.276)	(26.686)	(48.862)	3.878	(163.946)
Variações Cambiais	(4.640)	-	-	4	(4.636)
Outras	(11.409)	(1.660)	(512)	88	(13.493)
Receitas financeiras	15.543	2.131	28.300	(520)	45.454
Receitas de aplicações financeiras	11.722	859	27.436	(512)	39.505
Outras	3.820	1.272	864	(7)	5.949
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	190.587	(190.587)	-
Outras receitas	21	16	122	-	159
Outras despesas	-	(1)	(24)	-	(25)
	(117.317)	(52.497)	151.075	(186.082)	(204.822)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	481.726	(1.871)	151.075	(219.129)	411.802
Imposto de renda	(28.683)	(2.219)	-	4.324	(26.578)
Contribuição social	(29.999)	(936)	-	1.554	(29.381)
Imposto de renda diferido	(18.859)	-	-	2.502	(16.357)
Contribuição social diferidos	(6.307)	-	-	780	(5.527)
	(83.847)	(3.156)	-	9.160	(77.843)
Lucro antes da participação de não controladores	397.879	(5.026)	151.075	(209.969)	333.959
Participação de não controladores	(20.318)	-	-	(162.565)	(182.883)
Lucro Líquido do Exercício	377.561	(5.026)	151.075	(372.534)	151.075

21. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

22. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a EATE se comprometia a recomprar a totalidade das 88.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24º mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Através dos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a EATE, e Guarupart, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Companhia, uma vez que a Guarupart transferiu suas participações acionárias na EATE para a Companhia, mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE (vide nota nº 7).

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Companhia e a Guarupart firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda. (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;
- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;
- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendencia de Electricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e
- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital,

corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 b juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

23. Seguros

A companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 30 de setembro de 2011 estão assim distribuídos:

Risco	Importância segurada	Prêmio
Compreensivo empresarial (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	806.874	1.643
Responsabilidade civil	23.500	177
Responsabilidade civil - administradores	11.800	57
Total	<u>842.174</u>	<u>1.877</u>

24. Revisão tarifária das transmissoras

Os contratos de concessão, assinados pelas distribuidoras com a União - representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - estabelecem a composição das tarifas e as fórmulas dos reajustes anuais e exigem revisões tarifárias periódicas.

A revisão tarifária periódica tem o objetivo de promover o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes que prestam serviços de energia. Na data de “aniversário” do contrato de concessão, ocorre o reajuste anual, que objetiva repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Abaixo segue quadro da Receita Anual Permitida (RAP) das empresas operacionais do grupo:

Empresa	RAP Ciclo 2010/2011	RAP Ciclo 2011/2012
Companhia Transirapé de Transmissão	13.722	15.747
Companhia Transleste de Transmissão	25.799	29.087
Companhia Transudeste de Transmissão	15.990	18.028
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	279.353	306.679
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	61.695	67.724
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	6.614	11.144
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	142.335	160.475
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	63.649	69.869
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	25.153	28.359
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	16.830	18.975
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	25.983	27.989
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	113.885	128.399